



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL
Navegantes - SC

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)**

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

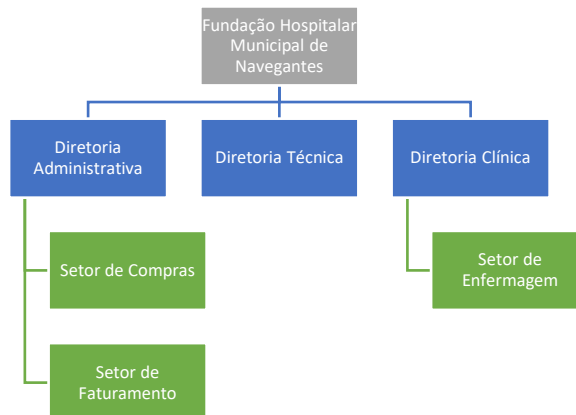
a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes
CNPJ:	95.313.581/0001-28
Endereço:	Rua Natividade Costa, 641 – São Domingos
Telefone:	(47) 3342-2225
E-mail:	saude.administracao@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo/Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	Emílio Vieira	716.701.659-49	Prefeito	2017-2020	Ata de posse	-	Rua Orlando Ferreira, 1217	gabinete@navegantes.sc.gov.br
Gestor/Secretário	Alcídio Reis Pera	601.906.399-20	Secretário de Saúde	-	Portaria 814 de 10/03/2017	-	Av. Prefeito Cirino Adolfo Cabral, 935	saude.administracao@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



Obs.: atualmente a Fundação Hospitalar Municipal é administrativa por entidade terceirizada.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei Municipal nº 969 de 22 de novembro de 1992 (art. 2º)

Art. 2º A Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes exercerá sua ação em todo o Município de Navegantes, competindo-lhe promover as ações e programas de saúde básica e de média e alta complexidade no Município de Navegantes exclusivamente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS),

em cooperação com a Secretaria Municipal da Saúde de Navegantes, através de profissionais habilitados, e ainda:

I - Acolher e prestar atendimento aos usuários dos serviços ofertados através do Sistema Único de Saúde - SUS, no campo médico e odontológico;

II - Universalizar a assistência à saúde através de ações e programas financiados com recursos públicos, provenientes, especialmente, do SUS;

III - Cumprir diretrizes pactuadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios conforme o Pacto pela Saúde nas suas três dimensões: pacto pela vida; pacto em defesa do SUS e o pacto de gestão;

IV - Auxiliar a Secretaria Municipal da Saúde a executar a política municipal de saúde através de ações, serviços, programas e atividades de caráter executivo e preventivo;

V - Participar no processo de integração do SUS em âmbito regional e estadual, para:

a) promover a atenção básica, bem como o atendimento de média e alta complexidade;

b) auxiliar a Secretaria Municipal da Saúde a promover a fiscalização e a vigilância em saúde (epidemiológica, ambiental e sanitária);

c) assegurar aos usuários o acesso a serviços de maior complexidade que eventualmente não estejam disponíveis no Município;

d) promover a assistência farmacêutica;

e) promover a gestão do SUS sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Programa	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
21.01.10.302.0055	Atendimento Hospitalar	Não mensurado	286.771,00	Não mensurado	126.847,25	Não mensurado	Não mensurado	159.923,75	55,77%
21.01.10.302.0102	Atendimento Hospitalar	Não mensurado	507.949,00	Não mensurado	63.416,50	Não mensurado	Não mensurado	444.532,50	87,52%
		Não mensurado	286.771,00	Não mensurado	126.847,25	Não mensurado	Não mensurado	159.923,75	

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências

Obs.: não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento

Obs.: não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Fornecedor	Motivos

Obs: não há a permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro na entidade.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do

Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)			
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido
Total			

Obs.: Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2017 por parte da Fundação Municipal de Vigilância.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

b) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Obs.: Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2017 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

Alcídio Reis Pera
Secretário Municipal de Saúde